



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA**

PRESIDENTE: ÉRIKA HILTON

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 08/12/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Bom dia a todas, a todos e a todes.

Mais uma vez na qualidade de presidente da Comissão de Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, declaro abertos os trabalhos da quarta audiência pública virtual, que tem como tema Agenda de Reconstrução dos Direitos Humanos no Brasil.

Informo que esta audiência está sendo transmitida através dos endereços da Câmara Municipal, no Auditórios *Online* e na Sala Tiradentes; e que as inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo.

Registro a presença do nobre Vereador Daniel Annenberg, que é o único que vi, e acho que é o único que está presente.

O período do Governo Bolsonaro foi marcado pela desestruturação dos direitos sociais, importantes para o exercício dos direitos fundamentais no país, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Uma crise de cidadania instalada, com alarmantes índices de segurança alimentar da população, em que mais de 33 milhões de pessoas passam fome. Desmatamento da Amazônia e a desproteção da população indígena em alta, a violência contra as mulheres, os LGBTs e a população negra. E retrocessos nas políticas de emprego, renda e de trabalho infantil do sistema socioeducativo.

Esse processo de desmonte não é uma simples extinção de políticas, demonstra em maior grau a asfixia do estado brasileiro e sua capacidade de cuidar dos mais vulneráveis.

Nesse sentido, entra em questão a responsabilidade do parlamentar de investigar o impacto das estratégias e mudanças de baixa e de alta visibilidade, incrementadas pelo Governo Federal, que orientam a crise de direitos vivida pela população brasileira a partir do modo como se deu a execução orçamentária, a ingerência da subpasta, primordialmente, com a retirada ou diminuição do espaço de participação da sociedade civil, por meio de um aparelhamento dessas instâncias por parte do governo, que impactaram num apagão de informações de políticas públicas, na transparência governamental e na capacidade de fiscalização das políticas públicas.

Nós estamos aqui hoje para discutir exatamente o que foi o Governo Bolsonaro para a agenda dos direitos humanos, o que representou os retrocessos colocados na política do

Governo Bolsonaro, o sufocamento de pautas importantes para a comunidade negra, para a população em situação de rua, povos indígenas, mulheres, comunidade LGBTQIA+, que foram diretamente atacados, precarizados, em todos os aspectos nas suas vidas por conta da negligência e do sufocamento das pautas voltadas aos direitos humanos.

Por isso, convidamos inúmeras organizações, entidades, pessoas que atuam e trabalham diretamente com a pauta dos direitos humanos, mas também com essas populações citadas por mim. E acho que teremos um grande subsídio nesta manhã para conseguirmos entender qual será, daqui para a frente também, o papel do legislativo, o papel do parlamento municipal, estadual, federal.

Na nossa comissão, temos o Vereador Eduardo Suplicy, que se elegeu deputado estadual; eu me elegi deputada federal. Então levaremos também essa discussão que faremos aqui e agora adiante, nos demais espaços legislativos, porque sabemos que os confrontos e desafios que nós temos, em especial, no estado de São Paulo, com o governador que assumirá a partir de 2023, também não serão desafios fáceis. Por isso estamos aqui esta manhã.

Preciso informar que o nosso tempo está muito bem colocado, e não poderemos extrapolá-lo, por conta da necessidade de entregar a sala no horário em que ela precisa ser entregue. Então eu peço gentilmente para que as pessoas que forem fazer uso da palavra se atentem ao tempo, e não ultrapassem o tempo de quatro minutos ao falarem, para que todos possam falar, já que temos uma lista bastante grande.

Eu sei que é um pouco desconfortável, para dizer o mínimo, pedir que falem em quatro minutos sobre um tema tão relevante, tão profundo, tão importante quanto esse. É um desafio que todos nós temos. Mas, de fato, é o máximo que nós temos aqui a fazer.

Passo a palavra ao nobre Vereador Daniel Annenberg, para, caso queira, se manifestar, antes de eu começar a chamar os nossos convidados.

O SR. DANIEL ANNENBERG – Bom dia, nobre Presidente. Bom dia a todos e a todas. É um tremendo prazer estar aqui.

Na verdade, eu quero ouvir as pessoas, para elas nos contarem. Eu não tenho dúvida

de que o desmonte foi gigantesco. E nós temos um tremendo desafio nos próximos anos, não só para reconstruir, mas para avançar muito mais, Presidenta. Então é importante que possa ouvir todos e estar aqui à disposição para apoiar no que for necessário.

Eu não tenho dúvida de que há muito por ser feito. Então vamos dar andamento. Vou estar aqui acompanhando. E estamos juntos, Sra. Presidente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, Vereador Daniel Annenberg.

Convido, para fazer uso da palavra, a Sra. Bárbara Eliodora, que parece que não está presente ainda.

Convido o Sr. Pedro Mendes, do Instituto Alana, Defesa da Criança e do Adolescente.

(Pausa) Também não se encontra?

Convido o Sr. Marcos Lopes, do Instituto Fome Zero. (Pausa)

Convido a Sra. Juliana Veríssimo, do Vote com Orgulho, de defesa de candidaturas LGBT.

A SRA. JULIANA VERÍSSIMO – Bom dia a todos, a todas e a todes.

Eu sou Juliana Veríssimo. Na verdade, sou da Associação Brasileira Homotransafetivas. E como mulher bissexual em uma relação homoafetiva, e mãe de uma criança trans – e, sim, crianças trans existem –, gostaria de falar que esses últimos quatro anos foram bastante difíceis. Eu não falo só por mim, mas gostaria de lembrar a todos que é necessário que exista um entendimento, não somente da sociedade, no geral, mas também um apoio a escolas, a ambientes de trabalho e também, principalmente, no seio da família, porque é extremamente importante que as pessoas LGBTQIA+ sejam acolhidas em todos os ambientes dos quais fazem parte. Isso inclui a família, que é importantíssimo.

Hoje, muitas pessoas trans, principalmente, são expulsas de casa antes dos 15 anos, e é isso que ajuda a levar para baixo a expectativa de pessoas trans. E é extremamente importante para as pessoas LGBTs serem reconhecidas em seu ambiente familiar. E que essa família tenha o suporte para conseguir enfrentar a discriminação à qual ela vai ser sujeita.

Eu sinto isso como mãe de uma pessoa trans, porque, por mais que eu aceite a minha filha, ame a minha filha, eu tenho que lidar com coisas com as quais eu não estava preparada para lidar. E eu sinto que é importante, sim, que o governo dê suporte às famílias, para que possam acolher as pessoas trans, homoafetivas, assexuadas, intersexos, as pessoas queer.

É basicamente isso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Para quem está acompanhando pelos canais da TV Câmara, eu fiz uma pergunta à convidada que falou agora, perguntando se ela é mãe de uma criança trans. E ela está compartilhando conosco um relato sobre a relação com a escola. E ela vai fazer agora, para que todas possam escutá-la.

A SRA. JULIANA VERÍSSIMO – Sim, eu sou mãe de uma criança trans. Eu achei que eu entendi bastante de direitos LGBT, porque eu sou uma mulher bissexual em um relacionamento homoafetivo; mas o que você passa como pai de uma criança que já se identifica desde cedo como uma criança trans é completamente diferente. Nós fomos denunciados ao Ministério Público, meu ex-marido e eu, por conta da nossa aceitação da nossa criança, da forma como ela se entende, da forma como ela pediu para ser entendida. E o Ministério Público do Estado de São Paulo abriu uma denúncia contra nós – fomos processados. Isso saiu, inclusive, no jornal. E é muito diferente você ser o familiar do que você ser a pessoa. Então é essencial que haja um entendimento, não somente da sociedade, mas também dos núcleos menores – das empresas onde as pessoas LGBTQIA+ trabalham, das escolas onde as pessoas LGBTQIA+ estudam. E um apoio para as famílias, que precisam aceitar essas pessoas, acolher essas pessoas, e ter subsídios, tanto de apoio, como de saber como lidar com a sociedade que nos cerca.

E o meu apelo é para que isso avance, e não seja mais um retrocesso nesses próximos quatro anos.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Juliana, lamento muito por isso que você relatou esta manhã. Eu, que fui uma criança trans, sei a importância do apoio, do acolhimento. Agradeço, inclusive, por ter sido acolhida pela minha família na infância – e depois seria jogada

na rua, posteriormente. Mas, se não fosse a infância, talvez hoje eu não estivesse aqui, pela base, pela criação, pelo amparo. E no que depender de nós, não apenas como parlamentar apenas, mas como uma mulher trans que ocupa a política nesse momento, nós seguiremos lutando para que as crianças trans possam existir livremente, suas famílias sejam protegidas e aparadas. E que possamos unir esforços na sociedade para enfrentar a transfobia, a LGBTfobia, estrutural e institucionalizada, que toma conta do nosso país.

Receba o meu abraço.

Juliana Avanci, do Centro Gaspar Garcia. (Pausa)

Paola Massari, da Casa Hunter. (Pausa)

Evelyn Barbosa, da Educafro.

A SRA. EVELYN BARBOSA DA SILVA – É uma rotina difícil conviver com máscaras novamente, com um cabelo lindo e afro desse.

Começo cumprimentando todas, todos e todes.

É motivo de muita alegria participar deste momento.

É muito importante conversarmos, nessa perspectiva de retomada, de reconstrução dos direitos humanos, principalmente depois desses quatro últimos anos, que foram muito difíceis para nós, que temos causas que foram diretamente impactadas por esse governo.

Para falar de direitos humanos, eu acho bom resgatarmos o papel do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que foi desmantelado no Governo Bolsonaro. Tivemos uma vitória este ano na ADPF 607, que reconheceu a inconstitucionalidade de um decreto de 2019 que retirava o salário dos peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que são as pessoas responsáveis por visitar as casas de detenção, as prisões, os hospitais psiquiátricos, e verificar as condições a que os internos estão sendo submetidos. E são eles que são a linha de frente no combate à tortura no Brasil.

Mesmo nós tendo essa vitória em relação à remuneração dos peritos, o decreto do Bolsonaro, ainda assim, tem impedido o Mecanismo e o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura de funcionarem na sua plenitude.

Eles têm soltado editais que têm impedido as organizações da sociedade civil de participar. E é fundamental que essas organizações participem desses espaços, que nós não fiquemos à mercê da vontade do governo instituído. Nós é que fazemos a democracia acontecer de fato neste país.

E o meu pedido é para que nós nos mobilizemos como sociedade, parlamentares, para editar decretos que permitam a participação das organizações da sociedade civil. Precisamos também articular os mecanismos estaduais, criados por decreto ou por lei. Em todos os estados do país, devemos criar esses mecanismos para impedir e coibir...

Ontem eu estava conversando com uma perita que atua no Rio Grande do Norte, e ela me disse coisas assustadoras em relação a como o trabalho deles tem sido desmantelado. A previsão é de 11 peritos. Eles atualmente estão com 9. Em alguns momentos, trabalharam com 4 peritos para cobrir o Brasil inteiro. Então precisamos nos atender às questões do Mecanismo Nacional.

Um segundo ponto é que gostaríamos de pedir a ajuda da sociedade civil para a luta – para que esses novos ministérios do novo governo tenham a representação da sociedade civil também, e sejam representados por mulheres, trans, negros e negras. Nós, da Educafro, temos uma luta histórica no acesso à educação para pessoas negras e pobres. E estamos aqui apelando para que possamos conseguir, pelo menos, 20% de ministros e ministras negros e negras. A gente, da Educafro, tem uma luta histórica no acesso à educação para pessoas negras e pobres, estamos apelando para conseguir pelo menos 20% de ministros e ministras negros e negras.

Também gostaríamos de falar sobre o Conselho Nacional de Segurança Pública, que também sofreu muito no Governo Bolsonaro. A gente sabe que ele é composto majoritariamente por pessoas da estrutura do Governo, então a gente não pôde tratar temas muito importantes como o da revogação de decretos armamentistas, que são urgentes; a política antidrogas é que responsável pelo aumento exponencial da população carcerária no Brasil, que está beirando milhão, assim, é assustador; e também sobre o pacote anticrime do Moro, todas essas medidas

que atentam contra os direitos humanos também.

Além das câmeras nas polícias e guardas, porque a gente percebe que todos os levantamentos mostram que é uma medida positiva, a contragosto de Governo eleito de São Paulo, e a gente tem que lutar para que o nosso povo não seja vítima da violência policial, e que a polícia também siga a nossa Constituição e as nossas leis que protegem as nossas garantias e direitos.

Por fim, nós também gostaríamos de ressaltar, aqui na cidade de São Paulo, em nível municipal, a gente tem a Lei 15.939/2013, que institui uma cota de 20% de cargos em comissão e cargos de concurso para pessoas negras. No que se refere a cargos em comissão, a gente vê que isso não está sendo representado. Você pode passear pelas repartições públicas municipais e vai perceber que há uma sub-representação da população negra. Se a gente que falar de direitos humanos, se a gente quer falar de direito e acesso a esses espaços de poder, a gente tem que respeitar as legislações que nos custaram tão caro.

Muito obrigada pela palavra. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) –Obrigada, Evelyn, por suas contribuições tão bem colocadas.

Agora eu convido Surrailly, da Defensoria Pública de São Paulo.

A SRA. SURRAILLY FERNANDES YOUSSEF – Boa tarde a todas, a todos e a todes. Meu nome é Surrailly Fernandes Youssef, sou coordenadora auxiliar do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos. Eu gostaria de cumprimentar todas em nome da Vereadora, agora Deputada Federal eleita, Erika Hilton.

Os desafios para a reconstrução de uma agenda de direitos humanos no Brasil são muitos. Nós vivemos nos últimos anos uma série de retrocessos, em especial no âmbito dos direitos econômicos, sociais e culturais, com o aprofundamento da pobreza e o desmantelamento das políticas públicas. Isso exige um olhar coletivo para esses problemas e um pensar conjunto sobre propostas criativas de retomada de uma narrativa de direitos humanos no país.

A Defensoria Pública tem uma função institucional, pela Constituição Federal, de

promoção dos direitos humanos e de uma atuação que deve ser pautada sempre pelos princípios democráticos. Isso deve ser feito pela Defensoria em conjunto com os movimentos sociais e com a sociedade civil.

O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria tem trabalhado nos últimos anos com temas de combate à fome, garantia da segurança alimentar, direitos da população em situação de rua, construção de uma política institucional dentro da Defensoria Pública de atendimento às vítimas de violência de estado. Então, para o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, essa agenda de reconstrução tem que passar por uma escuta qualificada das pessoas que são diretamente afetadas... (falha na transmissão) ... direitos humanos, em especial a população em situação de rua. Eu tenho feito um trabalho de atendimento especializado nos últimos anos.

Para nós, do Núcleo, é apenas por esse reconhecimento da agência de quem é afetado pela desigualdade, pela pobreza, que a gente pode reconstruir caminhos para avançar na construção de um Brasil mais justo e mais igualitário.

Deste modo, a Defensoria Pública se coloca à disposição para discutir em conjunto com os movimentos sociais, com a sociedade civil e para fazer essa escuta ativa e qualificada das pessoas diretamente afetadas, para que a gente compreenda que é a partir da situação e da localização que a gente vai conseguir pensar ações concretas para reconstruir essa agenda de direitos humanos no País.

Muito obrigada mais uma vez pela oportunidade de participar desta audiência pública. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, Surrailly, pelas suas contribuições e por atuar fortemente junto à Defensoria.

Robson Mendonça, do Movimento Estadual de Pessoas em Situação de Rua, representado pela nossa querida Daiane.

A SRA. DAIANE – Bom dia a todas e todos. Meu nome é Daiane, estou aqui representando o Movimento Estadual da População em Situação de Rua. A gente trabalha

fortemente no combate da fome com a população em situação de rua. A gente tem o projeto que é o projeto Cozinha-Escola PopRua, onde diariamente a gente está fazendo 800 marmitas.

Esse ano, em junho, foi aprovada a lei de combate à insegurança alimentar em São Paulo e o nosso desejo é que essa lei realmente seja implementada no próximo ano, porque tem vários incisos trazendo vários programas de ajuda à população em situação de rua, cozinha cidadã, projetos de apoio.

Sabemos que São Paulo tem um caixa, um fundo muito bom que pode estar sendo disponibilizado e que a gente, nesse próximo ano, consiga realmente trazer bem forte esse projeto, essa lei para combater a fome, que a população em situação de rua hoje está quase 40 mil pessoas em situação de rua devido ao nosso Governo atual, devido à pandemia, ao descaso.

Então o perfil da população em situação de rua mudou muito. A gente percebe crianças, mulheres, trans, e são pessoas que precisam dessa ajuda do Estado. A gente precisa cobrar, exigir que a lei realmente seja cumprido no próximo ano.

Seria isso. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, Daiane. Seria isso aqui, porque a gente sabe que vocês fazem um trabalho incrível na cidade de São Paulo. Inclusive estivemos lá na inauguração da Cozinha Solidária. Daiane é uma das que organizam, cuidam, coordenam um trabalho muito importante. Quem não conhece que conheça o trabalho que o pessoal, a duras penas, realiza na cidade de São Paulo, sem apoio, sem incentivo, contando às vezes com os vereadores que endossam as ações no enfrentamento à fome, à pobreza e à miséria que, como a Daiane, colocou muito bem, tem crescido de forma assustadora na cidade de São Paulo, levando crianças, idosos, LGBTs, mulheres, enfim, todo mundo para a rua. Parabéns pelo trabalho, pelo compromisso, pelo comprometimento com as populações em situação de rua.

Convido agora Alderon Costa, do Fórum da Cidade em Defesa da População em Situação de Rua. (Pausa) Convido Keila Simpson, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (Pausa) Luciano Carvalho, dirigente estadual do MST de São Paulo.

O SR. LUCIANO CARVALHO – Bom dia, camaradas. Bom dia, Vereadora,

Deputada. Parabéns pela grande conquista, que essa vitória pessoal é a simbologia de uma vitória coletiva tremenda no sentido de reconhecimento e de valorização de direitos humanos, muito embora os direitos humanos tenham entrado, nos últimos anos, como uma pauta fora de moda, como uma coisa que não tem o menor valor.

Nós, do Movimento Sem Terra, além da saudação e de nos colocarmos juntos nessa luta, a gente queria também lembrar o óbvio dos básicos direitos humanos de teto, terra, trabalho; o direito humano básico de falar contra os despejos. A Vereadora conhece, imagino, já esteve lá nosso acampamento Marielle Vive, as milhares de famílias acampadas sob teto de lona, a questão dos despejos iminentes e o medo que nós temos da condução dos processos de despejo, tanto para os nossos companheiros e companheiras sem teto na Cidade quanto para a nossa companheirada sem-terra.

E lembrar de direitos óbvios também, como o direito a comer; e não só comer, a comer comida limpa; pensar no direito humano básico de se alimentar sem veneno. Colocar, então, a questão para âmbito federal, para âmbito municipal, da produção de comida limpa, da soberania alimentar para a nossa população.

Fazer também a lembrança do direito básico à água, da água limpa; do direito básico a um meio ambiente saudável, à recuperação de nossas florestas. O Movimento Sem Terra empenhado na recuperação de plantio de árvores por meio do nosso Plano Nacional plantar árvores, produzir alimentos saudáveis, em que nos colocamos o desafio de plantar cem milhões de árvores no decurso de dez anos, convidando toda a sociedade a se engajar nessa luta também.

Portanto, deixo nossa saudação, uma referência também ao nosso companheiro Luís Ferreira, assassinado durante uma marcha do Movimento Sem Terra em Valinhos, então o direito à livre manifestação que não seja um atentado à democracia e à vida, como o que nós estamos vendo agora. Esses atentados à democracia, ao direito de ir e vir, que tanto propagam, mas quando é pobre, quando é sem-terra, quando é sem-teto, quando é a classe trabalhadora se manifestando, facilmente nos assassinam e nada acontece, então falar pelo direito real, humano,

de manifestar-se pelas indignações e pelas reivindicações básicas.

Obrigado a todas e todos. Bom dia para nós. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Luciano, por suas colocações e por lembrar de pautas e temas tão importantes como esses que você coloca aqui nesta manhã.

Federico Fornazieri, do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante.

O SR. FEDERICO FORNAZIERI – Olá. Bom dia (ininteligível).

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Bom dia.

O SR. FEDERICO FORNAZIERI – Estão me escutando?

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Estamos.

O SR. FEDERICO FORNAZIERI – Maravilha.

A gente tem trabalhado já na perspectiva do combate ao trabalho escravo da população migrante, a população migrante que é excluída de um dos direitos básicos do nosso Estado que é o direito a voto no Brasil, então (ininteligível) há mais de 30 anos e que não tem direito de voto.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Federico, você me ouve?

O SR. FEDERICO FORNAZIERI – Estou ouvindo.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – O seu som estava ruim e nós estávamos conseguindo... estava picotando. Talvez... agora você falou, me pareceu bem. Tenta continuar, senão eu vou pedir para que você tente tirar a imagem e permanecer apenas com o som, porque aí pode ser alguma questão de conexão com a internet.

O SR. FEDERICO FORNAZIERI – Estão ouvindo bem agora?

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Estamos.

O SR. FEDERICO FORNAZIERI – Maravilha. Então vou deixar sem imagem.

A gente tem trabalhado com o mandato da Vereadora Erika Hilton - queria agradecer também – com relação ao PL que estabelece medidas de enfrentamento ao trabalho escravo no Brasil. A gente não pode mais aceitar, a gente espera que entre em votação em segundo turno,

e também a gente não pode mais aceitar essas práticas de trabalho escravo no nosso país.

Então nesse sentido a gente tem trabalhado junto com o Poder Executivo, junto com o Poder Legislativo, junto com membros do Poder Judiciário, incluindo Ministério Público, Defensoria Pública da União, para conformar esse projeto de lei que a gente espera muito que seja acatado por esta Casa, seja acatado também pela Prefeitura de São Paulo, porque a gente não pode mais aceitar situações análogas à escravidão. A escravidão já foi abolida no nosso, mas a gente ainda vê práticas de trabalho escravo recorrentes, principalmente com a população migrante, empregadas domésticas.

A gente precisa debater também a questão da precarização do trabalho. A gente tem verificado direto, as pessoas, por exemplo, autônomas são submetidas a jornadas de trabalho de 15, 16 horas para costurar, para fazer pulseiras (ininteligível) miçangas para serem vendidas.

Então a gente precisa pensar também...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. FEDERICO FORNAZIERI – ... regulamentação para além... (falha na transmissão)... de combater essas... (falha na transmissão)... prática... (falha na transmissão)... de trabalho análogo à escravidão, com jornadas exaustivas, precarização da situação das pessoas... (falha na transmissão)... então a gente tem que trabalhar bem forte nessa... (falha na transmissão)... a gente precisa... (falha na transmissão)... para a população... (falha na transmissão)... com relação à raça, com relação a... (falha na transmissão)... relação a... (falha na transmissão)... são populações... (falha na transmissão)... elas não têm... (falha na transmissão)... a voto... (falha na transmissão)... elas não têm interesse... (falha na transmissão)... então a gente luta por essa pauta de olhar para...

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Federico, desculpa. Realmente não está... está incompreensível o que você está falando. Você pode sair e voltar de novo? Que aí eu vou dando continuidade à lista e te chamo na posteridade.

O SR. FEDERICO FORNAZIERI – Maravilha, perfeito. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, querido. E desculpa.

O SR. FEDERICO FORNAZIERI – Imagine. Desculpa eu.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Chamo Débora Lima, coordenadora do MTST.

A SRA. DÉBORA LIMA – Estão me escutando?

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Escutamos, Débora querida. Bem-vinda.

A SRA. DÉBORA LIMA – Primeiramente, gostaria de saudar todas, todos e todes, parabenizar a nossa Vereadora...

- Falha na Transmissão. Registro Prejudicado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Débora, querida, nós perdemos a sua conexão. Acho que pode vir a ser aqui o problema. Estamos verificando e já volto a convidar os que estão presentes virtualmente, porque como dois convidados tiveram dificuldades, me fazem pensar que talvez o problema esteja aqui e não com a internet de vocês. Então eu vou passar para a próxima convidada e volto depois com você e com o Federico. Tudo bem?

A SRA. DÉBORA LIMA – Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, querida. Então eu chamo agora Roseli Kraemer, do Movimento Nacional de Luta e Defesa da População em Situação de Rua. (Pausa)

A SRA. ROSELI KRAEMER ESQUILLARO – Bom dia. Obrigada por esta oportunidade, porque eu vou falar pela rua, porque a parte técnica todos sabem e temos bastante pessoas envolvidas em leis e tudo.

O que acontece com a gente que está na rua? Nós estamos no extremo, porque não temos água, as mulheres não têm nem produto de higiene, não temos moradia. O que a gente precisa é moradia e redução de danos para poder fazer uma construção para poder sair da rua.

Tudo que é do Governo, todos os equipamentos não funcionam, tudo é precário, tudo é sucateado e, quando chega na ponta, não chega. A verdade é esta. Nós precisamos de tudo, as mulheres, idosos, crianças, adolescentes, todos. Não tem onde a gente não ter uma demanda de um socorro, de um apoio.

O que eu acredito é, primeira coisa gente, moradia. Tirar as pessoas da Cracolândia, fazer uma coisa que funcione para a gente, porque sem uma moradia, sem poder construir uma vida e a redução de danos, porque não é só droga, é tudo, é emocional. Porque você cai hoje na rua, daqui a uma semana você é outra pessoa, daqui a um mês você é outra, daqui a um ano você é outro; quer dizer, é crescente e a gente continua no abandono.

Não existe nada para a gente. O que existe são poucas pessoas envolvidas na nossa luta. Hoje nós temos uma visibilidade graças a Deus, porque a gente... tudo... você é atropelado, porque você é condicionado a não ver a rua. A gente atropela as pessoas da rua porque a gente é condicionado estruturalmente por essa economia, por essa escravidão ao comércio.

Então eu acredito que a gente precisa, sim, de uma saída em todos os sentidos, em saúde, moradia, educação, em tudo. Não tem um lugar que você fale que a gente está bem, não estamos. Nós estamos vivendo na rua, no extremo. É baixa temperatura, agora vai vir o calor também. Quer dizer, como que a gente consegue viver numa calçada? Se a gente está na calçada é tirado tudo, até o papelão. Não temos documentos, não tem Modess, não tem água na rua.

Se o homem hoje consegue viver na rua mais fácil do que a mulher, é porque a gente tem que viver na base da violência na rua, porque se a gente não consegue sobreviver sozinho, a gente tem que está à mão, ao lado com aquele que nos oprime.

Então eu peço só isso, que a gente faça essa construção. Graças a Deus nós temos pessoas que nem você, Erika, que é uma potência na nossa luta, entre tantos outros que estão nesse mesmo barco.

Obrigada, Erika. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, querida Roseli. É uma alegria lutar ao seu lado e com vocês.

Convido para fazer uso da palavra, representando o Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua, o Sr. Edivaldo.

O SR. EDVALDO GONÇALVES DE SOUZA – Bom dia a todos os presentes e

aqueles que estão on-line; bom dia, Erika.

Vamos comemorar no dia 12 o Dia dos Direitos Humanos, mas acontece que como vamos fazer um trabalho de Direitos Humanos, se não tem recursos? Como a gente vai combater a violência e a desordem que se faz com as pessoas se Direitos Humanos não tem nenhum recurso para se fazer esse trabalho? Então, fica muito difícil.

A gente tem várias Secretarias que têm grande recurso e que não fazem nada. Infelizmente, a Assistência Social tem um recurso muito grande que não é utilizado, porque eu sou conselheiro estadual da assistência social, e o Governo do Estado vai retirar 40% do repasse do Estado para o Município de São Paulo porque este não usa o repasse estadual. Eu fui contra essa deliberação, mas vai acontecer porque nunca se usa o repasse. O Estado repassa o dinheiro, mas nunca é usado. Por que a assistência social tem um fundo milionário e acaba não utilizando? Não usa o fundo próprio e acaba não usando o fundo estadual que é repassado para ela.

É preciso ser feita uma política, um jeito, um modo de se repassar um recurso maior para a Secretaria de Direitos Humanos, para poder fazer o seu trabalho e fiscalizar, por que quem mais sofre em São Paulo é a população de rua; quem mais é agredida, violentada e violada é a população de rua.

Então, essa parte intersetorial de secretarias deve ser planejada, com um recurso maior para a secretaria. Eu não culpo a Secretaria de Direitos Humanos, porque eles fazem o trabalho no limite. Vamos fazer o Natal Solidário agora, agradeçam à Erika por uma emenda e outra que me parece que foi do Suplicy, porque Direitos Humanos não teve dinheiro para fazer o Natal Solidário, que nós do movimento sempre fazemos todo ano.

Precisamos fazer uma formação para os agentes públicos porque eles veem a gente como homem do saco, mendigo, não nos veem como pessoa; não veem que a gente necessita da ajuda e do apoio; a rua é violenta porque é o único modo de se proteger.

Então, nós do Movimento Nacional em Defesa da População em Situação de Rua com a nossa futura Deputada que estará lá – estamos lá incomodando você – e outros

movimentos, como o Movimento Estadual da População em Situação de Rua, vamos cobrar mais recursos para uma pasta que é muito mais importante e significativa, porque a Secretaria de Direitos Humanos não só trata da rua; ela trata de negros, LGBTs, famílias que moram em ribeirinhos; de toda a comunidade de São Paulo. Então, precisamos de recurso para fazer o trabalho. Não adianta Direitos Humanos ter migalhas, porque a gente não está querendo esmola, e, sim, o direito como ser humano a viver numa cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Edvaldo. Podem ter a certeza de que jamais incomodam. Será um prazer recebe-los também em Brasília e lutarmos em prol da defesa da dignidade e da cidadania das populações em situação de rua em todo o país, a qual tem crescido de forma assustadora.

Vamos ver se conseguimos voltar com o Federico.

O SR. FEDERICO FORNAZIERI – Bom dia a todas, todos e todes. Meu nome é Federico e trabalho no Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante e, também, na Rede de Promoção do Trabalho Decente.

A gente faz o atendimento direto à população migrante que, dentro das várias interseccionalidades, como a questão da mulher, indígena, negra, LGBTQI+, enfrenta diversos problemas com relação à violação de direitos humanos da população migrante, sendo que a população migrante, além das interseccionalidades, não tem direito ao voto no Brasil. Em diversos países da América Latina e do mundo, a população migrante tem direito ao voto em nível municipal e estadual, alguns até em nível federal; e, no Brasil, a gente continua com essa exclusão de um direito básico de cidadania que é o voto. Há pessoas vivendo há trinta anos no Brasil que nunca puderam escolher seus representantes parlamentares ou do Poder Executivo.

Temos trabalhado junto ao mandato da Erika Hilton num PL que combate o trabalho escravo – outra pauta que é muito cara à população migrante e a diversas outras situações que a gente encontra em São Paulo com relação ao trabalho escravo, como a questão das domésticas, do trabalho no campo e da população migrante que trabalha na cadeia da moda

com jornadas exaustivas e relacionadas, também, questão da fiscalização que é dificultada, porque as costureiras autônomas da cadeia da moda são invisibilizadas, acabam recebendo encomendas de milhares de peças num valor baixíssimo como 15 centavos, ou 30 centavos; tendo que cumprir prazos por vezes virando noite em jornadas de 18 horas e não tem fiscalização. A gente precisa repensar no nosso país a questão da precarização do trabalho, a questão dos trabalhadores autônomos.

Então, a gente vem trabalhando nesse projeto de lei de enfrentamento a condições análogas à escravidão no Município de São Paulo com o mandato da Erika Hilton mais seis mandatos de Vereadores, com a Comissão Municipal do Combate ao Trabalho Escravo, cinco Secretaria da Prefeitura, em diálogo com Deputados Federais.

Esperamos que esta Casa aprove este projeto de lei 584/2022, no sentido de dar um basta a essa prática que já deveria ter sido abolida da nossa sociedade há muito tempo. A gente espera que a Prefeitura (ininteligível) aprovasse em pouco tempo.

Obrigado a todos, todas e todes. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, Federico.

Passarei, agora, a Sra. Maria Laura Canineu; depois, Débora Lima.

A SRA. MARIA LAURA CANINEU – Muito obrigada, Vereadora Erika. Parabéns pelo novo cargo. Vamos contar com você agora no plano federal. Há muito que se fazer em todas as áreas dos Direitos Humanos.

Obrigada pela oportunidade de estar aqui.

Acho que todos já falaram muito e eu parabenizo o evento pela comunhão de falas técnicas sobre desafios em Direitos Humanos, mas, também, falas muito concretas sobre o que está acontecendo no terreno e os desafios em todas as áreas.

Existe uma longa lista de desafios em Direitos Humanos e digo que tanto o Governo Federal quanto as Administrações em todas as esferas, especialmente, as novas Administrações deverão enfrentar, de fato, os inúmeros retrocessos dos últimos anos.

Falo, de uma forma genérica, sobre alguns pontos que já foram falados como

desafios na área da insegurança alimentar e desigualdade de renda, déficit educacional e evasão escolar, que foram realmente mais impactados tendo em vista a completa gestão negativa e falha em relação à Covid; a destruição ambiental e a destruição das proteções, não só do meio ambiente, mas, também, dos direitos da população indígena; a violência policial que tem impactado por anos e anos de foram desproporcional a população negra do país, especialmente, as que moram nas favelas, sendo impactados por essas operações de estilo militar que levam tantas vidas; violência contra mulheres e meninas, vemos todos os dias índices altíssimos de feminicídio e outras violência, e, ainda, o Estado falha em não proteger essa mulher que leva a esta violência fatal; também o racismo estrutural que está presente em todas essas áreas e que deve, de fato – e concordo com a Educafro e todos que já falaram que esse deve ser um tema que começa na representação e que se respalda e se reconcretiza nas políticas públicas.

Eu gostaria, também, de falar que as eleições mostrando que estamos vivendo num país extremamente dividido, polarizado. Para superar essa divisão, as autoridades públicas, começando pelo Governo Federal, precisarão trabalhar muito para fortalecer os princípios da democracia, a liberdade de expressão, a transparência, o combate à corrupção e demonstrar que a democracia, do jeito que a temos na nossa Constituição, pode trazer impactos positivos em Direitos Humanos para todos.

Reforçaria a necessidade de um plano em todos os âmbitos na educação pública de qualidade como uma forma de reduzir as desigualdades. Estamos num esforço para reverter essas perdas significativas de aprendizado durante a pandemia, mas que também foi impactada, como eu disse, de forma desproporcional, crianças negras, indígenas, de baixa renda.

Também um assunto que acredito que não foi falado tanto, mas que tem tantas entidades trabalhando de uma forma tão positiva que é a educação inclusiva. O Governo Federal, o Bolsonaro, também fez um grande estrago em várias conquistas que a sociedade civil tinha ajudado a compor no Brasil, criando o Programa de Educação Inclusiva. É por meio de um Decreto que ele estabeleceu a possibilidade de as crianças criarem, de novo, disciplinas especiais ou escolas especiais. Isso é muito negativo, embora o STF tenha realmente

suspendido a validade desse Decreto, mas isso ainda precisa ser olhado.

Outro tema que não foi falado muito: a necessidade de olhar a educação em sexualidade e gênero, que seja feita, logicamente, em cooperação com famílias, mas que seja implementada de fato, para que se reduza o índice de violência sexual contra crianças, gravidez precoce e tantas outras coisas, mas esse tema, simplesmente, virou um tema tóxico no Brasil em razão do Movimento Escola Sem Partido, inclusive, em razão de uma campanha de perseguição de professores nas escolas que tentam falar sobre esse tema.

Vou parar por aqui porque acho que muitas pessoas já falaram, mas eu queria destacar esses dois temas: educação inclusiva, a desinstitucionalização de pessoas com deficiência que passam a vida inteira em situações em que não têm possibilidade de terem uma vida independente; educação para gênero e sexualidade para combater os altos índices de violência contra a população LGBT no Brasil.

Eu tinha muitas outras coisas para falar em relação à segurança pública, à proteção do meio ambiente, mas vou ficar, também, à disposição da Câmara e de todos os Vereadores de São Paulo para poder discutir todos esses assuntos em maiores detalhes.

Muito obrigada pela oportunidade. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Maria Laura, pelas colocações extremamente importantes. Em especial, eu gostaria de ressaltar o último ponto sobre a educação sobre gênero e sexualidade que, de fato, foi utilizada como uma moeda de troca pelo reacionarismo, fascismo, e que nós precisamos resgatar isso não só para discutir questões voltadas aos interesses da comunidade LGBT, mas voltadas aos interesses da sociedade e das mulheres como um todo.

Esse será o desafio que teremos nos próximos quatro anos. Estamos discutindo Direitos Humanos e retrocessos do Governo Bolsonaro. Há, sim, uma possibilidade de reconstrução nos próximos quatro anos, mas nós sabemos que o fascismo não voltou para o armário; que daqui a quatro anos poderemos nos deparar com estruturas ainda piores do que aquelas que nos deixaram agora.

Então, teremos que empenhar muitos esforços na defesa dos Direitos Humanos, na soberania da democracia e no enfrentamento daquilo que pode parecer uma problemática pequena, mas que foi utilizada sistematicamente para continuar dando vazão a projetos que têm ganhado força em todo o Brasil e no mundo. Temos visto como o autoritarismo antidemocrático tem se expandido mundo a fora. Essa situação que ocorreu no Peru.

Enfim, teremos quatro anos de luta árdua na consolidação da agenda dos Direitos Humanos, da soberania da democracia e dessa pauta que você traz muito bem.

Passo a palavra à Debora Lima.

A SRA. DÉBORA LIMA – Olá, todos, todas e todes. Quero parabenizar a nossa Vereadora e futura Deputada Federal Erika Hilton por esse evento importantíssimo, pelos desafios que temos para a reconstrução dos Direitos Humanos. A gente que luta por moradia, um direito constitucional, há vinte e cinco anos nessa luta, assim como os colegas dos diversos movimentos sociais, houve um verdadeiro retrocesso, um desmonte nas diversas áreas das políticas sociais, entre elas moradia.

A gente tinha um programa que era o Minha Casa, Minha Vida, para as pessoas que ganhavam (ininteligível), Bolsonaro para fins eleitoreiros que, em quatro anos de mandato, não entregou nenhuma casa.

Então, para a gente que está nessa luta, ter a sua casa é muito importante para a vida dessas famílias, a gente que acompanha o processo com milhares...

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Débora, você pode tirar a sua imagem para a gente ver se a qualidade do seu som melhora? (Pausa) Você tirou o microfone, e a imagem permanece. (Pausa) Não, estou te vendo ainda.

A SRA. DÉBORA LIMA – Está me escutando?

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Agora, você sumiu, e a voz voltou. Obrigada.
- Falha na transmissão.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Débora, querida, desculpe, mas nós não estamos conseguindo ouvi-la. Eu pensei se eu deixava você falando ou se eu a avisava e achei

melhor avisá-la, porque senão você ia ficar falando sem a gente poder lhe dar retorno sobre o que você estava falando. Eu não sei se você quer tentar se reconectar ou se você quer mandar a sua fala por escrito, porque nós não estamos conseguindo ouvi-la.

A SRA. DÉBORA LIMA – Tranquilo, Erika Hilton. É por causa da internet. Depois eu mando por escrito, está bem?

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Agora foi. Quer tentar?

A SRA. DÉBORA LIMA – Vamos tentar, sim. Só para finalizar, a gente tem esse grande desafio da retomada das políticas sociais; dentre elas, a construção de uma nova política habitacional que realmente contemple as pessoas mais pobres e que fazem parte de 90% do déficit habitacional, que são as que ganham de zero a dois salários mínimos.

Então, não tem como a gente retroceder; a gente tem que ir para cima e mudar essa situação. Basta a gente andar pela Sé e pelo Centro para verificar o quanto aumentou o número de pessoas em situação de rua. (Falha na transmissão do áudio).

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Débora. Que pena que a gente não tenha conseguido ouvir a contribuição importantíssima que você trouxe sobre essa pauta que é extremamente relevante. Mas saiba que esta Comissão estará sempre com as portas abertas para recebê-la e, caso queira, você pode nos encaminhar por escrito qualquer consideração que ache pertinente, porque o áudio estava bastante dificultoso, e nós conseguimos ouvir apenas o final da sua fala. Mas sigamos caminhando juntas, companheira. Obrigada pela sua participação.

Convido, para falar agora, o representante do movimento Passe Livre. (Pausa)
Convido a Sra. Liuca Yonaha, do Projeto Política por Inteiro.

A SRA. LIUCA YONAHA – Boa tarde. Eu vou falar rapidamente porque estou aqui mais na condição de ouvinte da contribuição de todos. Nós, da Política por Inteiro, fazemos um acompanhamento mais minucioso das políticas de clima e meio ambiente na esfera federal. Logo após o segundo turno das eleições, nós lançamos um documento chamado, não por acaso, Reconstrução, que traz a lista de 401 atos infra legais que devem ser revisados, revogados ou

revistos com urgência pela próxima Administração Federal para que a gente possa colocar o Brasil novamente nos rumos de uma política de clima e meio ambiente condizente com as possibilidades que nós temos de ser a primeira potência verde.

A partir disso, eu acho que é importante não perdemos de vista nesse processo que essa transição para uma economia de baixo carbono não pode deixar ninguém para trás. Nesse ponto, eu acho que as pautas apresentadas aqui são importantíssimas, porque nós sabemos que, em um cenário de mudança climática e de mais frequência de eventos extremos, as populações mais vulneráveis são as que ouvimos aqui hoje: a população negra, as mulheres, os povos originários, os indígenas, os quilombolas. Às vezes, nós podemos ter a ilusão de que, por vivermos em uma cidade como São Paulo, que se localiza longe da Amazônia – um tema recorrente quando se fala de meio ambiente –, estamos a salvo de toda essa desestruturação e desmonte que ocorreu. Mas, não, nós também somos afetados diariamente tanto por fatores diretos, com eventos climáticos extremos, como por fatores econômicos decorrentes do que o País poderá passar caso não esteja preparado para um clima mais quente, mais extremo.

É isso. Agradeço o espaço dado e coloco o projeto Política por Inteiro e o Instituto Talanoa, que abriga o projeto Política por Inteiro, à disposição para termos esse diálogo aqui na cidade de São Paulo e também em nível federal. Estou bem contente de termos essa possibilidade e espaços como esses, de diálogo e de conversa, porque diferentes iniciativas e de participação social foram extremamente afetadas durante os últimos quatro anos. Então, termos hoje essas possibilidades de abertura é um passo importante que eu espero que seja mais constante, mas que eu tenho certeza de que vai ser a partir do dia 1º de janeiro de 2023.

Obrigada e boa tarde. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Liuca, pelas suas colocações extremamente importantes e por disponibilizar o trabalho de vocês a nós.

Convido o Sr. Marlos Arns, da Comissão Arns.

O SR. MARLOS ARNS – Boa tarde. Apenas para cumprimentá-los, dizer que a Comissão Arns está disposição e parabenizar todos pelo trabalho. No que for possível colaborar,

estamos à disposição. Um grande abraço a todos e até logo.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Brevíssimo. Obrigada, Marlos.

Convido a Sra. Barbara Eliodora.

A SRA. BARBARA ELIODORA – Boa tarde a todes, todas e todos. Boa tarde, Vereadora e Deputada Erika Hilton. É um prazer estar falando com você.

Meu nome é Barbara Eliodora, educadora popular e gestora pública, quase especialista em direitos humanos e lutas sociais e também assessora de projetos na ONG Artigo 19, que estou aqui representando hoje, com sede aqui em São Paulo, desde 2008, um capítulo sul-americano da Article 19, uma organização Internacional cujo foco de atuação é a liberdade de expressão e o direito à informação, assim como o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os caminhos que nos trouxeram até aqui hoje são caminhos de resistência e sobrevivência, principalmente nos últimos quatro anos do Governo Bolsonaro, responsável por uma atuação baseada em ataques à democracia e às instituições do País. Especificamente em relação à liberdade de expressão e ao acesso à informação, nós vimos não apenas ataques massivos, sistematizados e bélicos a esses direitos, como também uma estratégia de sequestro desses conceitos com o objetivo de deturpá-los em favor próprio, individual, utilizando-os como justificativas para violações, autoritarismo e corrosão democrática que vimos ser o projeto desenhado por Jair Messias Bolsonaro.

Para 2023, ainda que tenhamos um pouco de respiro e a possibilidade de sonhar e esperar mais com a reconstrução democrática, incluindo a possível abertura dos famosos sigilos de cem anos, é preciso lembrar de dois fatores importantes. O primeiro ponto é o chamado bolsonarismo, um braço de um movimento maior de ascensão global da extrema direita. Reconhecer isso é parte fundamental do enfrentamento e da resistência que continuarão sendo necessários, como a Erica acabou de dizer, para a nossa sobrevivência a partir do ano que vem, principalmente quando pensamos no cenário legislativo nacional e, aqui em São Paulo, no Poder Executivo que se desenha. O segundo ponto que a gente tem que lembrar é que, embora o atual

Governo tenha sido, sim, um importante fator de destruição institucional, de devastação social e populacional, a gente está lutando contra uma história, contra uma estrutura racial, social e misógina, um histórico que está de mão dadas com essa estrutura que a gente precisa combater.

Em 2022, o nosso maior foco de atuação na Artigo 19 esteve na garantia de que o processo eleitoral não apenas acontecesse, mas acontecesse de forma constitucional e democrática. É preciso pontuar que, ao longo da última década, o Brasil foi o terceiro país com a maior defasagem na garantia da liberdade de expressão no mundo, de acordo com levantamento da Artigo 19 global; dado que está no material que eu trouxe e que todo mundo pode pegar.

Por fim, entendemos que 2023 nos traz a urgência de um tema que deve ser o guarda-chuva de todas as atuações em direitos humanos: a pauta ambiental, incluindo os direitos da natureza e o dos povos tradicionais, seja na liberdade de expressão, seja no direito à informação, no direito ao protesto, na proteção de comunicadores e defensores de direitos humanos, nos direitos sexuais e reprodutivos, na segurança pública, no vigilantismo, na liberdade artística e na liberdade de cátedra dentre tantas outras pautas sobre as quais nos debruçamos. Reforçamos o nosso comprometimento com essa atuação na pauta ambiental e também pedimos que nada seja feito por ninguém sem o protagonismo dessas pessoas.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito bom, Barbara. Muito bem colocado. Os desafios estão postos, mas é bom saber que temos tantos aliados e tanta gente incrível trabalhando em defesa da democracia e de um futuro melhor para o nosso Brasil.

Convido o Sr. Pedro Mendes, do Instituto Alana.

O SR. PEDRO MENDES – Bom dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar e agradecer todos os presentes, em nome da Deputada eleita Erika Hilton, o convite ao Instituto Alana, que é uma organização da sociedade civil que atua na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Acho que muito do que eu ia abordar já foi dito, mas eu queria só pontuar que, durante

esse período da pandemia, em muitos momentos, crianças foram apontadas como menos afetadas porque o vírus supostamente seria menos letal ou agressivo com elas. Hoje nós sabemos que, além de afetar crianças e adolescentes de forma grave ou até mesmo letal, o cenário pandêmico e a ausência de políticas públicas eficazes para contornar os seus impactos afetou crianças e adolescentes de forma desproporcional, considerando principalmente que essa população compõe uma faixa etária de peculiar fase de desenvolvimento e, por isso, necessita de proteção especial e, justamente por isso, a gente tem artigos da Constituição, como o artigo 227, que traz a criança como prioridade absoluta, e legislações complementares, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Marco Legal da Primeira Infância, que reforçam a importância de se ter a criança no centro dos debates de políticas públicas.

Porém, não foi isso que a gente viu. Nos últimos anos, principalmente durante a pandemia, foram as meninas negras as mais prejudicadas na sua aprendizagem, sem acesso aos recursos necessários para a sua educação. Foram as crianças e adolescentes pobres e periféricos e suas famílias que empobreceram ainda mais e passaram a estar em situação de fome ou insegurança alimentar. Foram os adolescentes no sistema socioeducativo que tiveram seus direitos básicos negados. Foram as crianças e os adolescentes com deficiência que tiveram o seu direito à educação em uma escola regular ameaçado. O número de crianças em situação de rua cresceu de forma estrondosa, e nós vimos todas as crianças e todos os adolescentes tendo o seu desenvolvimento integral e a sua saúde mental sofrendo retrocessos que talvez não tenham equiparação na história recente do País.

Pensando em como enfrentar essa situação, é necessário a gente lembrar que a garantia de direitos de crianças e adolescentes com absoluta prioridade, como previsto na Constituição, é algo que, para se concretizar, precisa de investimento e políticas públicas, e não é qualquer tipo de política pública e feita de qualquer forma. Nós precisamos saber quem são esses adolescentes, nós precisamos considerar raça, gênero, questões de deficiência, etnia, renda e diversos outros fatores que intensificam essa questão de vulnerabilidade das crianças para que a gente possa pensar políticas públicas eficientes. Não existe uma infância universal e,

quando a gente fala de infância, a gente está falando de múltiplas infâncias. Quando a gente vai elaborar políticas públicas para garantir o direito de crianças e adolescentes, é necessário considerar a multiplicidade dessas infâncias.

Apesar de já terem aparecido, gostaria de apresentar algumas questões pontuais na área da educação (falha na transmissão do áudio) federal, os Estados e os municípios atuem conjuntamente na promoção da valorização dos professores, que existam estratégias para pensar na saúde mental de toda a comunidade escolar, principalmente neste período pós-pandêmico. Que, de forma conjunta, seja elaborado e implementado um plano de recuperação de aprendizagem e de combate à evasão escolar, principalmente para esses estudantes que mais foram afetados durante a pandemia.

Em relação à garantia de direitos de crianças e adolescentes, a gente precisa lembrar de quem cuida: seus pais, as suas famílias, os cuidadores. E, pensando nisso, a gente precisa de políticas de transferência de renda e de fortalecimento das famílias em todos os aspectos para que elas possam exercer esse papel de cuidadores da melhor forma possível, com segurança e com bem-estar, cumprindo a responsabilidade compartilhada segundo o artigo 227, que trata da garantia de direito de crianças e adolescentes com absoluta prioridade, compartilhada entre família, Estado e sociedade.

Por fim, quero dizer que a gente está em um momento em que são muito importantes estes espaços de troca entre a sociedade civil e o Poder Público, porque os ataques e os desfalques foram e são muitos, mas, como foi visto aqui hoje, há diversas mobilizações que tornam mais fácil esse caminho. Com esta escuta do Poder Público, como a proposta hoje pela Deputada Erika Proponha, a gente pode conseguir avançar bastante.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Pedro.

Convido o Sr. Marcos Lopes, do Instituto Fome Zero. Obrigado.

O SR. MARCOS LOPES – Bom dia a todas, a todos e a todes. Eu sou o Marcos Lopes, Coordenador do Direito Humano à Alimentação Adequada do Instituto Fome Zero e

agradeço à Vereadora e Deputada Erika o convite e a oportunidade.

Constantemente, a gente ouve que quem tem fome tem pressa. Se quem tem fome tem pressa, por que a sociedade brasileira convive tão bem com a fome há tanto tempo? Por que a nossa sociedade aceita, de forma tão pacífica, que 33 milhões de brasileiros e brasileiras convivam com a fome todos os dias? Por que ela aceita, de forma tão pacífica, que 125 milhões de brasileiros e brasileiras estejam em situação de insegurança alimentar e nutricional? Se por um lado quem tem fome tem pressa, por outro, as pessoas convivem muito bem com a existência da fome porque esse é um projeto político que organiza a sociedade brasileira, que determina quem vive e quem morre, que determina quem se vê forçado a aceitar subempregos e quem tem condições de disputar os melhores empregos.

No Brasil, a fome tem cor, tem gênero, tem identidade de gênero, tem classe, tem sexualidade, pois é um projeto político que organiza a nossa sociedade e que se sustenta em algumas inverdades e em algumas narrativas, como a de que a fome é um problema técnico de produção de alimentos, que é uma consequência da pandemia. No entanto, a fome é uma violação de direitos humanos, de um direito que está positivado na nossa Constituição, do direito humano à alimentação adequada. E por que entender a fome dessa perspectiva? Porque entender a fome como uma violação de um direito humano nos ajuda a entender que tem alguém responsável por ela e que tem alguém tendo o seu direito sendo violado. Se há alguém responsável pela fome, esse é o Estado Brasileiro. E olhar para a fome desde a lógica do direito humano à alimentação adequada é reconhecer que é um dever do Estado brasileiro – do Executivo, do Legislativo e do Judiciário – enfrentar a fome, priorizar todos os esforços necessários para superação da fome.

Então, essa não deve ser a prioridade de um governo. Essa não deve ser a prioridade seja do governo municipal, do governo federal, do governo estadual, mas a prioridade do Estado brasileiro, dos seus três Poderes. É fundamental que esses três Poderes priorizem o enfrentamento da fome. Acho que na reconstrução de uma agenda de direitos humanos para o Brasil, é muito importante a gente não perder isso de vista porque são muito importantes as

ações da sociedade civil para o enfrentamento da fome. São muito importantes as ações da academia, mas é fundamental que isso seja priorizado pelo Estado brasileiro, pelas suas instituições. É fundamental que o Legislativo priorize isso na construção do Orçamento. É fundamental que o Executivo priorize o enfrentamento da fome na construção de um conjunto de políticas públicas, que o Brasil já mostrou como fazer, já mostrou que é possível fazer. Em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome das Nações Unidas. E é fundamental que o judiciário, que o sistema de justiça – e, aqui, o pessoal da Defensoria Pública já falou – entenda que tem o papel fundamental na exigibilidade do direito humano à alimentação adequada.

O recado é que com fome não há democracia. Uma agenda de direitos humanos precisa priorizar o direito humano à alimentação adequada.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Marcos Lopes. Convido para falar agora, Paola Massari, da Casa Hunter.

A SRA. ARIADNE GUIMARÃES – Olá. Meu nome é Ariadne Guimarães. Estou ao lado da Paola. Nós trabalhamos na Casa Hunter, e eu respondo pela área de relações institucionais. Nós somos uma instituição focada no apoio, na defesa dos direitos das pessoas com doenças raras e seus cuidadores, item importante a ser mencionado. Agradeço à Vereadora Erika Hilton, agradeço também a todos os integrantes desta Casa que lutam por nossos direitos.

A gente está falando de 13 milhões a 15 milhões de brasileiros que têm uma doença rara. E quando nós incluimos os cuidadores, falamos de um universo superior a 50 milhões de pessoas, que precisam da atenção de pessoas como vocês, que está aí brigando por nós.

Nessa apresentação, queria mencionar que vivemos um momento especial. Em dezembro do não passado, a ONU, pela primeira vez, construiu um documento falando da questão das doenças raras. Esse documento aponta as pessoas com doenças raras como as mais vulneráveis do Planeta. Por quê? Porque mais do que lutar pelo acesso a um diagnóstico ou mesmo a medicamentos, quando eles existem, essas pessoas enfrentam problemas socioeconômicos de alta gravidade. Estamos falando de pessoas que perdem seus empregos

muitas vezes porque não têm acesso a tratamento, têm problema com transportes, têm problemas também relativos à questão de gênero. É sabido que 81% das pessoas que cuidam de pessoas com doenças raras são mulheres, que abandonam seus empregos e cuidam de outra pessoa, geralmente seus filhos.

Enfim, acho que, desta Casa, a cidade de São Paulo pode se sentir orgulhosa em muitos aspectos, pelo menos no que diz respeito à questão das doenças raras por ter sido pioneira e construída uma legislação no ano de 2019 específica para o apoio e cuidado dessas pessoas. E, aí, vale a pena mencionar o nome do ex-Vereador Gilberto Natalini, um médico que dedicou sua vida ao outro. Levou a cabo muito bem a sua vocação médica e cuidou das pessoas com doenças raras de uma maneira especial.

Encerro essa breve participação lembrando a todos que quando a gente fala de doença rara, falamos de um povo ainda desconhecido de muitos, em sua maioria com doenças degenerativas, progressivas, multissistêmicas e que levam também, no caso, à desabilitação dessas pessoas. São pessoas que se tornam deficientes que também precisam ser olhadas com muito cuidado. Obrigada pela possibilidade de falar, de chamar a atenção para essa questão; e conto com a ajuda de vocês, em especial da Vereadora, no sentido de deixar esse documento criado pelo Vereador Gilberto Natalini como algo vivo. Agradeço também ao Vereador Daniel Annenberg, que tem dedicado seu mandato a também cuidar das pessoas com doenças raras.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, Paola e Ariadne por contribuições. Nós olharemos sim esse documento. Eu não tinha conhecimento desse documento produzido pelo Vereador Natalini. Nós nos debruçaremos sobre ele sem sombra de dúvidas. Contem com nosso apoio, com nosso mandato, com a nossa atuação com relação às doenças raras.

Tenho uma lista de convidados não confirmados, vou fazer uma chamada para saber quem está. Vejo que Rafael, do Instituto Vladimir Herzog, está presente; eu o estou vendo na tela. Assim, passo a palavra para você, Rafael. Na sequência, vou chamando. Quem estiver, fala; que não estiver, foi isso.

O SR. RAFAEL SCHINCARIOL – Obrigado, Vereadora, a quem eu cumprimento, estendendo o cumprimento a todos e a todas. Agradeço também ao Vereador Daniel, que já teve que sair. Parabenizo vocês dois pelo trabalho magnífico que fazem na Câmara. E já quero lhe desejar, Vereadora, tudo de bom nesse mandato. Estaremos juntos contigo para apoiá-la ano que vem no Congresso Nacional.

Eu me sinto contemplado por diversas falas. Agradeço essas falas e a oportunidade de estar aqui na realização deste evento. Vou focar em um aspecto só. Antes, quero dizer, para quem não nos conhece, estou representando o Instituto Vladimir Herzog, que é um instituto... (falha na transmissão) ...jornalista assassinado brutalmente pela ditadura. Esse instituto tem três eixos orientadores principais, que são: educação em direitos humanos, jornalismo e liberdade de expressão e memória, verdade e justiça.

A educação em direitos humanos é por acreditarmos, como muitos, que passa pela educação o fortalecimento da democracia. Somente educando, e principalmente educando para os direitos humanos para a democracia que vamos efetivamente ter um Estado de Direito fortalecido.

O eixo jornalismo e liberdade de expressão é uma homenagem ao próprio Vladimir Herzog. Para que pudéssemos homenageá-lo, adotamos essa tarefa tão importante, que é garantir a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa.

Memória, verdade e justiça – o mais óbvio – é o eixo pelo qual nós trabalhamos pela memória do Vlado, mas não apenas dele: de todos aqueles e aquelas que foram assinados, reprimidos pela ditadura militar brasileira, daqueles que continuam sendo oprimidos pelo Estado no nosso período, digamos, democrático, da Nova República e também de todos aqueles que sofreram violências de Estado em toda a história deste país, que começa com uma grande violação de direitos humanos, começa com uma grande violência, que é a escravidão.

Vou focar em um aspecto, como eu disse para vocês, e acredito que por ele passa a reconstrução dos direitos humanos no País. Partindo do pressuposto de que a extrema direita está aí, de que o bolsonarismo veio para ficar – pelo menos por um tempo -, nós acreditamos

que ele tenha que ser combatido. E o combate à extrema direita – que não é só brasileira, mas mundial, como alguém de antemão já colocou – é um eixo orientador central para a reconstrução de todas as políticas de direitos humanos e da nossa própria democracia, que foi tão atacada nos últimos anos.

Acreditamos que isso deve ser feito por meio de um aspecto principal, que é a luta pela responsabilização daqueles que cometeram graves violações de direitos humanos e atentados contra a democracia nesses últimos anos, começando, obviamente, pelo próprio Presidente Jair Bolsonaro. Como somos uma instituição que trabalha com memória, verdade e justiça, nós temos a crença (falha na transmissão) autoritarismo, tendo que rever como lidamos com os militares, tendo que refletir sobre isso novamente. É porque nós não enfrentamos nossos passados de violência; nós não garantimos devidamente a memória, a verdade e talvez principalmente a justiça por meio da responsabilização daqueles que cometeram essas graves violações.

Então, acreditamos que esse deveria ser um dos eixos orientadores, talvez o principal orientador para a reconstrução dos direitos humanos no País, demonstrando para a sociedade, para aqueles que cometeram essas graves violações, que isso não pode ficar impune e mostrando, assim, como se constrói uma democracia, como se fortalece uma democracia a partir da luta e do combate de todo esse extremismo e autoritarismo.

Vou agradecer mais uma vez a oportunidade e dizer que o Instituto Vladimir Herzog continua à disposição de todos os mandatos e de todos os colegas que estão aqui.

Obrigado, Vereadora. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, Rafael, pelas contribuições, pelo trabalho. Na semana passada, nós tivemos o prazer de receber o Instituto Vladimir Herzog aqui também no Salão Nobre da Câmara para conhecermos e nos aproximarmos do trabalho realizado pelo instituto. É uma alegria caminhar ao lado de vocês em prol da democracia, da cidadania, dos direitos e da fraternidade. Parabéns pelo trabalho.

Convido agora, representando o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, a Sra.

Sheila.

A SRA. SHEILA CRISTIANE SANTOS NOBRE – Sou meio tímida para falar. Venho em nome do Centro Gaspar Garcia Direitos Humanos e cumprimento a todos e a todas presentes. Cumprimento a Vereadora e Deputada Erika Hilton e reforço o compromisso do Centro Gaspar Garcia, que trabalha com o direito à cidade e as ocupações na região central e em outras localidades da cidade.

Nosso compromisso é com a luta contra o despejo na cidade de São Paulo, reforçando que a gente está junto na efetivação de programas populares de moradia e políticas de moradia para pessoas em situação de rua que superem a lógica do mercado; e com a qualificação dos serviços de atendimento à população de rua, que também é um público com que a gente atua. Também atuamos com catadores e catadoras de materiais recicláveis, que vêm sofrendo bastante com a burocratização do trabalho e com a dificuldade de se manter cooperativas de trabalho e geração de renda para população de rua, que antes via nessa atividade alguma possibilidade de conseguir alguma renda e hoje enfrenta toda uma construção de mercados que estão trabalhando com reciclagem, dificultando cada vez mais os grupos pequenos de catadores de atuarem nessa atividade. Atuamos também em outras atividades de trabalho digno para que a população de rua possa se manter em moradias e sair da rua, tendo em vista o número enorme de pessoas que foram parar nas ruas em função da pandemia.

Outro aspecto da nossa atuação é em relação aos trabalhadores ambulantes. Nossa luta é contra toda a violência que os trabalhadores ambulantes vêm sofrendo na rua, principalmente os trabalhadores imigrantes que estão na região central, na região do Brás, na região do Jabaquara. Muitos ambulantes vêm passando por situações sérias de violência, e que a gente possa estar nessa luta pela garantia dos direitos humanos de todos esses grupos.

Também, como uma mulher preta de periferia, que fez faculdade e trabalha desde 98 com pessoas em situação de rua e egressos do sistema prisional, quero lembrar que a reconstrução dos direitos humanos depende sim de políticas públicas, de recursos, mas depende também de a gente olhar para a nossa população e entender que a gente sempre teve

estratégias para se manter vivo e continuar lutando. Que a gente não perca isso de vista para a gente estar perto das pessoas, e não deixar acreditar que esse retrocesso todo que a gente passou nesse tempo é mais forte do que nós. A gente sempre conseguiu superar. Eu sempre vi na rua, na minha atuação, as pessoas se protegendo em situações de violência, para se manterem vivas na rua. E a gente também está acreditando muito que a gente não tem essa capacidade, que isso tudo que está posto hoje é muito mais forte do que nós; e não somos. Na minha percepção pessoalmente, nós não podemos deixar as pessoas acreditar que a gente está tão fraco assim a ponto de não conseguir reconstruir a justiça da forma como a gente acredita.

Eu tive primo que morreu de bala perdida do lado da minha casa, por ser pobre, por ser pobre, por ser periférico, e eu sei que a gente é capaz de se fortalecer e construir uma nova agenda de direitos humanos neste país. É isso.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Arrasou, Sheila. Ainda bem que você é tímida para falar; imagina, se não fosse, o que você faria com a gente, trazendo esses pontos tão relevantes e mostrando a força de quem sempre esteve na linha de frente, lutando, desenvolvendo estratégias de sobrevivência, buscando saídas às opressões, à violência. Esse Brasil que se coloca diante de muitos para nós não é novo, é parte de todo um processo. Muito obrigada por compartilhar com a gente a tua energia, a tua força e as tuas palavras.

Vou passar para os inscritos no *site* da Câmara primeiro, porque depois eu faço aquela lista que eu fiz. Lembro que o nosso tempo está extremamente apertado, eu ainda tenho alguns outros nomes a chamar. Então, eu pediria que vocês façam a fala, a partir deste momento, em um tempo de dois minutos. (Pausa) Eu sei, me desculpem.

Tem a palavra, Haydée Paixão, do Mude com Elas. (Pausa). Ella Santana. (Pausa) Beatriz Coelho Garcia. (Pausa) Marcel Borges, da Associação Social Brasil. (Pausa) Okay, passo, então, à lista. Quem estiver presente se manifeste. Conecta Direitos Humanos. (Pausa) Mães de Maio. (Pausa) Associação de Amigos e Familiares de Presos - Amparar. (Pausa) Associação Anistia Internacional. (Pausa) Geledés. (Pausa) Oxfam Brasil. (Pausa) Greenpeace.

(Pausa) Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Centro – MTSC. (Pausa) Coalizão Negra por Direitos. (Pausa) União Nacional dos Estudantes. (Pausa) Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. (Pausa) Sindicato dos Advogados de São Paulo. (Pausa) Movimento Nacional da População em Situação de Rua. (Pausa) Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas. (Pausa) Movimento Nacional dos Catadores. (Pausa) Comissão de Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo. (Pausa) Rafael, da Craco Resiste. (Pausa)

O SR. RAFAEL ESCOBAR – Boa tarde a todo mundo. Obrigado pelo convite. Desculpem, a gente é péssimo de *e-mail*, então a gente acabou não respondendo. Venho aqui falar, obviamente a convite, pela Craco Resiste. Já estou na Cracolândia há dez anos; então, acaba também tendo uma experiência de um ex-trabalhador do território, onde vivi esses anos todos.

Acho que o fascismo está aí; mas se tem uma coisa que é pior que o fascismo é o liberal, né. Os liberais estão aí metendo o pau na gente há muito tempo. Eu estava discutindo dos 4 anos, mas a gente pode discutir sobre pelo menos os últimos 12 anos.

Eu queria até fazer um apelo. Na verdade, é praticamente um pedido de socorro porque enquanto a gente está aqui conversando, o pessoal da Cracolândia está andando com a polícia batendo atrás deles todos os dias, todas as horas, 24 horas por dia, 7 dias por semana. É isso que está acontecendo.

Só no último ano, dos defensores de direitos humanos da região da Cracolândia, seis já foram processados. Se isso não é um número emblemático, eu não sei o que é. Sem contar a retirada de objetos dos próprios trabalhadores.

Por exemplo, houve uma bicicleta carro de som apreendida pela polícia, dizendo que estávamos atentando contra o silêncio, algo do tipo, na região. São esses tipos de violações que vivemos lá há muito tempo. Ou coisas do tipo a polícia parar e falar: “Você quer ser preso ou você quer ser internado?” Se isso não é internação compulsória, eu não sei o que é. É esse tipo de violência que vivemos ali. Isso não é de agora, não é dos últimos quatro anos. Mas, lógico, piorou, não consigo dizer que não piorou. E é esse jeito que vivemos nos últimos anos.

Quero reafirmar o que já foi falado por muita gente: o povo de rua precisa de teto, trampo e tratamento. Para usuário de droga, é isso que precisa ser organizado. O que vemos é um desmonte eterno dessas políticas.

Hoje em dia, dentro da região da Craco, podemos dizer que somos um monte de ex-trabalhadores, que, quando a Prefeitura, ou o Governo do Estado, nos demitiu, resolvemos não ir embora. E hoje em dia são coletivos que dão tratamento, que dão moradia, que arranjam emprego, por via da economia solidária, pelo fortalecimento de rede. É isso que acontece ali. É desse jeito que temos sobrevivido. Dá conta? Lógico que não. É pouco ainda. Precisamos de ajuda de instituição. Precisamos de dinheiro. Para tudo se precisa de dinheiro, para as coisas funcionarem ali. Mas também precisamos de uma atuação... por exemplo, desmilitarizar a Guarda Civil Municipal, que está dando tiro toda hora. E todo mundo tá sabendo de gente da Cracolândia que foi morta. Isso, pelo menos, é o básico que eu estou falando, sem tirar os detalhes, como negar atendimento ao povo de rua, que está morrendo no chão. Depois vamos descobrir que se é coronavírus, se é parada cardíaca. Mas morreu lá sem que pudesse ter sido prestado atendimento, porque a GCM não deixou. É com esse tipo de violação que vive a Cracolândia. E por detalhes que todo mundo já contou.

O que tem na Cracolândia? Todos os excluídos da sociedade. Todas as pautas dos direitos humanos estão lá: indígena, morador de rua, negro, LGBTQIA+. Todo mundo está lá. E todo mundo que foi para lá é que não teve onde conseguir se organizar. O que é a Cracolândia? É uma grande comunidade de gente tentando sobreviver. O crack é só um detalhe. O crack só chegou nos anos 90, a Cracolândia existe desde os anos 70. Chamava-se Boca do Lixo. É bom lembrar desse detalhe também.

Eu explano todas essas pautas que sofremos lá, na verdade, tentando sobreviver, com medo de filmar em celular para, depois, você ser ameaçado no caminho do metrô pela própria polícia. É uma luta constante conseguir sobreviver naquele território, como defensor de direitos humanos ou como usuários. A droga só chega porque alguma coisa foi falha na história. E essa coisa se chama capitalismo. É bom lembrar disso também. Chama-se colonialismo. Então

eu acho importante lembrar que quem colocou esse pessoal lá, na rua, no centro de São Paulo, usando droga, foi o próprio estado. Então que o estado comece a pensar jeitos de nos ajudar, nós, que estamos lá fazendo alguma coisa, a mudar essa situação.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigado, Rafael, pela colocação e pela denúncia que traz. É claro, conhecemos de perto o cenário desolador que acompanha a realidade das pessoas que vivem na região da Cracolândia, na Luz, chamada Cracolândia. E temos um desafio gigantesco: encontrar saídas, pressionar o Poder Público para que possamos, de fato, encontrar as alternativas eficientes no atendimento e na superação desse problema – como a própria Roseli colocou muito bem. E não é um problema apenas das pessoas que estão lá abandonadas, humilhadas, agredidas, violentadas, esse é um problema da cidade de São Paulo, é um problema que tem que ser de todos nós. E, conjuntamente, de forma humana e respeitosa, buscarmos saída, que até hoje nós não encontramos essa humanidade nas alternativas que são apresentadas para tentar solucionar o problema da Cracolândia.

A SRA. ROSELI KRAEMER ESQUILLARO – Inclusive, a Cracolândia não é só a Luz, é região, né, de São Paulo, porque ela está espalhada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Sim, muito bem lembrado, Roseli.

Espalhada exatamente pelas dinâmicas, pelas operações que ocorrem naquele território: desastrosas, brutas, completamente rechaçadas por esta comissão.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo; Central Única dos Trabalhadores; Ouvidoria da Polícia Militar.

Há algum nome que porventura eu não tenha chamado? (Pausa) Excelente.

A SRA. PATRÍCIA VAZ – Comissão Pró-Índio de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Patrícia Vaz, nos desculpe, acho que chamamos outra comissão. Mas, por gentileza, faça uso da palavra. Seja muito bem-vinda.

A SRA. PATRÍCIA VAZ – Olá, boa tarde a todos e a todes.

É um imenso prazer neste momento pensarmos uma pauta tão importante: a

reconstrução dos direitos humanos e a reconstrução de “Brazilis.”

Agradeço o convite da Vereadora e Deputada.

E venho, na verdade, fazer um pedido: que escutemos as populações indígenas.

Eu sou assessora de programas da Comissão Pró-Índio de São Paulo, que é uma organização com mais de 40 anos que trabalha em defesa dos direitos das populações indígenas, quilombolas e ribeirinhos, mais especificamente, no Estado do Pará e no Estado de São Paulo. Então é um lembrete. Se pensamos em construir novos Brazilis, é importante termos esse cuidado e essa escuta afetiva e importante dessas populações.

E trago também que São Paulo é o quarto município do Brasil com a maior população indígena. Então temos muitas...

Senti falta de alguma liderança que pudesse falar por ela mesmo das suas demandas.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo fica aqui como uma organização de apoio a essas populações à disposição da Comissão e das outras organizações para pensarmos juntos num modo de tornar esse Brasil mais inclusivo, mais amoroso.

É isso, gente. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Patrícia, por sua fala.

Convido representantes do Passe Livre.

A SRA. MARIA LAURA CANINEU – Gente, boa tarde. Só para agradecer o convite, saudar os nossos coletivos que estão aqui. Acho que todas as pautas que vocês trouxeram interseccionam com o direito à cidade. E, para pensarmos isso, precisamos pensar a atual política de transporte na cidade de São Paulo, que é um sistema de transporte que, há muito tempo, mostra que essa lógica do lucro não está dando mais, está insustentável. E podemos ver isso tanto no aumento da passagem todos os anos, praticamente todos os anos, o que tem deixado uma série de populações de fora, por não terem o valor da passagem, os R\$ 4,40; em outros municípios, até mais caro. Podemos ver isso também na privatização do transporte, na qualidade do transporte. E agora na pandemia tivemos uma série de questões com o transporte lotado, que

também consideramos uma forma de se matar a população mais pobre.

Então, só para lembrar um pouco que o direito ao transporte é essencial para pensarmos o acesso a outros direitos que, inclusive, citamos aqui – educação, direito à cidade, direito à saúde. Para chegarmos até um postinho, por exemplo, temos que pagar R\$ 4,40. Enfim. Desde 2005, o Passe Livre, que é um movimento social, vem pensando a construção popular desse transporte.

Agora, recentemente, tivemos uma experiência muito bacana de tarifa zero nas eleições. Então conseguimos perceber que existem outras formas de construir esta cidade e de pensar o direito ao direito ao transporte. Só para lembrar também dessa pauta da garantia dos direitos humanos.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada a todos que vieram a esta audiência pública prestar a sua contribuição, trazer perspectivas importantes na defesa dos direitos humanos e nos trabalhos de reconstrução dos direitos humanos, cuja pauta é atravessada pelas questões de gênero, identidade, raça, enfrentamento à fome, grupos dos sem-terra, dos grupos sem teto, das populações em situação de rua, dos povos imigrantes, dos povos originários. São muitas pautas, são muitas intersecções, e tamanhas as demandas que temos quando falamos da agenda dos direitos humanos e quando olhamos para os retrocessos que estão colocados diante dela.

É claro que esta audiência não conseguiu dar conta – nenhuma audiência consegue dar conta – de passar por todos os pontos e de desenharmos um plano de atuação efetiva deste problema que foi colocado pelas mais diversas frentes. Mas sabemos que foi um *start* importante, mais um dos inúmeros *starts* que temos dado na defesa e na reconstrução dos direitos humanos. E seguiremos atuando nos territórios, nos parlamentos, para consolidarmos uma sociedade melhor a estes grupos, enfrentando as problemáticas aqui colocadas, e valorizando esses pontos que, muitas vezes, são tratados pelo Poder Público como pontos secundários.

É preciso enfrentar o genocídio, a fome, a ausência de moradia, a violência do estado, a violência praticada contra a comunidade LGBTQIA+. São muitos os desafios que

temos. Mas tenho a certeza que reunir este grupo nesta manhã nos traz um combustível de ânimo, de força, de coragem, de resiliência. Como a Sheila muito bem colocou: devemos nos lembrar que estamos lutando e tentando reconstruir uma agenda de direitos humanos há muito tempo. E estamos aqui, vivas, de pé, propositivas, abrindo caminho e estamos sendo resistência, anunciando um tempo melhor do que esse que estamos vivendo agora.

Não foram tempos fáceis, foram quatro anos muito difíceis. E se voltarmos, como o Rafael coloca, não só quatro anos, mas ainda lá atrás, foram anos muito duros a essas agendas, a esses grupos. Mas, se pensarmos na história do nosso país, quando é que esses grupos não foram penalizados? Quando que este país não foi duro, cruel, injusto com esses grupos? E estamos avançando, buscando consolidar esses direitos. Estamos disputando essa sociedade, para que ela seja melhor para todos nós. E, sem sombra de dúvida nenhuma, quando for melhor para os grupos que aqui falaram, quando enfrentarmos os problemas que aqui foram apresentados, ela será boa para todo o resto. Não tem como, é um efeito dominó. Então sigamos de pé, organizadas, juntas.

Esta foi a última reunião da Comissão de Direito Humanos de 2022, que volta ano que vem. E aí não sei como estará estruturada, porque provavelmente não estarei mais aqui no retorno dos trabalhos. Mas saio deixando o compromisso de que atuamos naquilo que foi importante e possível de se atuar, e que, mesmo não fazendo parte mais da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, o trabalho iniciado por nós aqui permanecerá. Seguiremos acompanhando, trabalhando juntos; não abandonaremos os trabalhos que foram iniciados.

Quero agradecer aos meus colegas que compuseram esta comissão junto comigo ao longo destes dois anos. Foi uma honra imensurável estar à frente dos trabalhos desta comissão nestes dois anos, aprendendo, atuando e trabalhando junto com os meus colegas e os movimentos sociais nas mais diversas formas.

Eu me despeço com tristeza no coração, porque de fato é uma alegria estar à frente da Comissão de Direitos Humanos. Mas saio da Comissão sabendo que teremos um trabalho

ainda mais árduo, longo e profundo, assumindo o nosso mandato de deputada federal.

Agradeço aos movimentos sociais, às organizações, à sociedade civil, que sempre estiveram presentes em cada uma das reuniões das audiências que foram convocadas por nós. É um prazer imensurável trabalhar ao lado de vocês. E seguiremos trabalhando juntos, agora, de Brasília. E que a reconstrução dos direitos humanos permaneça para além desta audiência.

Uma boa tarde a todos. Muito obrigada.
